

Política de aquisição em bibliotecas universitárias: planos e programas, individuais e cooperativos, de formação de acervos

MORRIS A. GELFAND

Library Science Department
Queens College
City University of New York
Flushing, N.Y. 11367
USA

Em virtude do volume crescente de publicações, em todo o mundo, e dos custos cada vez maiores dos materiais bibliográficos, as bibliotecas universitárias devem apoiar e fazer parte de programas de aquisição cooperativa. O pré-requisito para um programa de aquisição, seja para uma única biblioteca ou para um grupo de bibliotecas, é uma declaração textual de política, cuidadosamente planejada. Essa declaração deve ser aprovada pelo corpo docente e a administração da universidade, pelos representantes estudantis e também pelo pessoal superior da biblioteca. Identificam-se os fatores que podem influir na criação e aplicação da política e também se apontam alguns dos usos dessas declarações de política. Fatores que podem ter influência são: objetivos da instituição e os programas de ensino e pesquisa; posição da biblioteca e seu diretor na hierarquia da instituição; padrões, técnicas de avaliação; automação; estatísticas de matrículas e considerações financeiras. Declarações de política modelares devem ser estudadas e utilizadas como possíveis roteiros.

É virtualmente impossível hoje em dia que alguma biblioteca, por maior que seja e por maiores recursos que tenha ao seu dispor,

Este artigo baseia-se num trabalho apresentado pelo autor num seminário sobre política de aquisição e cooperação, patrocinado pela New York Metropolitan Reference and Research Library Agency (Metro) e realizado na cidade de Nova Iorque, no dia 11 de abril de 1974. A expressão "políticas de aquisição" é empregada aqui no contexto de formação de acervos, segundo a profundidade ou grau de importância que será dada a determinados assuntos à luz dos objetivos de aquisição da biblioteca. [Tradução de Antônio Agenor Briquet de Lemos]

possa acompanhar o fluxo sempre crescente de novas publicações ou adquirir todas as obras retrospectivas que são necessárias para abranger de forma ampla todos os campos do conhecimento. Ademais, os custos crescentes e os orçamentos minguantes servem para agravar as condições em que muitas bibliotecas têm de funcionar.

Nessas circunstâncias, seria de se supor que as bibliotecas estivessem dispostas a apoiar e aderir de imediato aos programas de formação de seus acervos numa base cooperativa. Apesar, porém do êxito de alguns planos importantes de aquisição cooperativa, de caráter nacional e regional, como, por exemplo, o programa da Associação Alemã de Pesquisa, o plano Farmington, o programa da U. S. Public Law 480 e o plano Scandia (8), para citar apenas alguns casos, os bibliotecários não chegaram a organizar, nos últimos anos, atividades de cooperação que fossem significativamente amplas e eficazes para o desenvolvimento de seus acervos. “A aquisição cooperativa e/ou a responsabilidade voluntária por áreas de conhecimento ou itens específicos são provavelmente as atividades de integração mais decantadas, porém menos concretizadas” (11:6), observa Hendricks, num relatório de 1973, sobre as visitas que fez a várias redes de bibliotecas nos Estados Unidos. Com exceção do programa da Public Law 480, do Center for Research Libraries e dos Associated Colleges of the Midwest, que caracteriza como “exemplos notáveis”, Hendricks considera ser “difícil identificar algum feito concreto no que se refere à formação cooperativa de acervos”. Os bibliotecários, afirma ele, “são muito ambiciosos e os professores excessivamente exigentes no que concerne ao acesso imediato às obras — fatores que excluem quase tudo, exceto uma fingida louvação a este conceito” (11:6).

O Advisory Committee on Planning for the Academic Libraries of the New York State também adota uma posição um tanto crítica em face da história da cooperação bibliotecária. Em seu relatório de 1973, essa comissão afirma: “Ninguém poderá negar que o caminho da cooperação interbibliotecária tem sido marcado de malogros. Em termos simplesmente numéricos os fracassos superaram em muito os êxitos” (18:3). Não obstante, esse relatório apresenta a seguinte recomendação: “Que se estimule a cooperação na formação dos acervos, especialmente quando possa basear-se numa prévia racionalização interinstitucional dos currículos ou nos efetivos acadêmicos existentes” (18:1).

Não se deve permitir que alguns fracassos do passado e as reconhecidas complexidades inerentes às políticas e programas de desenvolvimento cooperativo de acervos venham a inibir novos esforços visando ao estabelecimento e implantação desses programas e

políticas. Ao renovar esforços para o estabelecimento de programas viáveis, os bibliotecários contemporâneos podem contar com os conhecimentos profissionais já adquiridos e com o arsenal atualizado e em desenvolvimento da tecnologia moderna.

Escrevendo em 1942, Kuhlman reflete as preocupações dos bibliotecários de bibliotecas de pesquisa com as implicações, para a biblioteca, do surgimento, no curso das duas décadas anteriores, de novas especialidades na História e nas Ciências Sociais, e assinala as insuficiências das bibliotecas de pesquisa nos Estados Unidos da América (EUA). Ele reivindica um novo padrão de cooperação entre bibliotecas, o qual integraria, coordenaria e implantaria o sentido de uma nova finalidade entre as grandes bibliotecas universitárias e outras instituições que colecionam materiais de pesquisa (13:589-591).

Afirma ele que “o fundamental é que o isolacionismo seja substituído por programas cooperativos totalmente integrados e unificados. Em alguns estados isso pode significar uma organização que centralize todas aquelas instituições bibliotecárias mantidas pelo estado e que têm o encargo de reunir, organizar e preservar materiais de pesquisa. Uma reformulação e uma ampliação de funções desse tipo assegurarão que os recursos reunidos e organizados pelas diferentes unidades estarão à disposição de todas as áreas de pesquisa, tanto no estado como na região.”

Ele também recomenda a realização de levantamentos sobre as bibliotecas, “a fim de que se determine concretamente para uma determinada área: a) as atividades atuais de aquisição de materiais e os recursos das [...] instituições bibliotecárias, e b) as necessidades atuais e futuras das atividades de referência e da pesquisa” (13:598-599).

A “Política de Aquisição” foi tema de um simpósio realizado durante uma reunião conjunta das seções de bibliotecas de **colleges** e universidades da Association of College and Research Libraries (ACRL), em 1953. Dos três trabalhos apresentados o primeiro era de autoria de H. H. Fussier, então diretor da University of Chicago Library. Falando sobre “a grande biblioteca universitária” ele argumenta que “as políticas de aquisição [...] são uma parte importante do [...] planejamento fundamental e da avaliação de serviços e objetivos” (7:363). Ele também defende com veemência a aquisição cooperativa, salientando que forças econômicas provavelmente levarão a um substancial incremento de medidas desse tipo. Especificamente, ele salienta que “a fim de participar com êxito em programas de cooperação, é preciso que se conheça com alguma precisão quais são realmente as necessidades da instituição respec-

tiva e quais as obrigações que se propõe cumprir num empreendimento cooperativo” (7:364).

“Política de aquisição — Fato ou fantasia?” é como se intitula o segundo trabalho, de autoria de R. Vosper, então diretor de bibliotecas da Universidade de Kansas. Ele se queixa de que os bibliotecários são incapazes de elaborar uma política e afirma “muitos de nós não podem desenvolver uma política de aquisição porque a universidade não parará o tempo suficiente para que nós possamos delinear-la” (7:369). As contínuas mudanças de diretrizes da universidade, em alguns casos, e a preponderância do corpo docente, em outros casos, parecem impedir que os bibliotecários levem a cabo uma política de aquisição de materiais. E continua: “Outros de nós professam sua incapacidade em estabelecer uma política de aquisição porque o corpo docente goza de excessiva autoridade e nós de muito pouca” (7:369). Finalmente ele se declara favorável a uma política de aquisição, mas recomenda que se mantenha um efetivo sistema de consultas junto ao corpo docente, a fim de conscientizá-lo dos problemas da biblioteca.

“A biblioteca do pequeno **college**” é o tema do terceiro trabalho, de autoria de E. Thornton, bibliotecária do Vassar College naquela época. Ela ressalta que a política de aquisição da biblioteca de um **college** pequeno depende das respostas a algumas perguntas básicas, como, por exemplo: “Aquisição com que finalidade? Aquisição segundo quais métodos e em quais fontes? Aquisições dentro de quais limitações financeiras, físicas, tradicionais, governamentais ou de outros tipos?” (7:371).

A esta altura talvez valha a pena rever rapidamente e resumir essas referências, recuando até 1942. Kuhlman nos recorda que há 32 anos atrás os bibliotecários de bibliotecas de pesquisa reconheceram a importância de que houvesse cooperação e coordenação nas aquisições e que se melhorassem o controle e o acesso à bibliografia. No simpósio da ACRL, em 1953, Fussier designa a política de aquisição como um instrumento de planejamento e avaliação e prevê a necessidade contínua de programas de aquisição cooperativa. Vosper chama a atenção para a desagradável situação em que poderão cair alguns diretores de bibliotecas universitárias ao tratar com as comissões de professores sobre política de aquisição, mas conclui, não obstante, que se deve adotar uma política. E Thornton apresenta uma descrição realista dos pontos de vista do bibliotecário de um **college** pequeno. É bem possível que hoje em dia se encontrem atitudes comparáveis a essas entre bibliotecários de muitos países.

À medida que nos aprofundamos mais ainda nas ramificações e implicações das políticas de aquisição de materiais, torna-se possí-

vel identificar: 1) fatores que podem influir em maior ou menor grau na elaboração da política, e 2) alguns efeitos ou subprodutos que podem ter alguma relação com a aplicação da política. Esses fatores podem ser levados em conta durante a elaboração do texto da declaração de cada política de aquisição.

Entre os fatores que podem influir sobre a definição da política temos os seguintes: 1) os objetivos e os programas da instituição servida pela biblioteca; 2) a posição que a biblioteca e/ou seu diretor ocupam na hierarquia administrativa da instituição; 3) as normas das instituições profissionais e das responsáveis pelo reconhecimento dos cursos; 4) técnicas de avaliação, inclusive as fórmulas de formação de acervos, como, por exemplo, a de Clapp-Jordan (3); 5) o impacto de sistemas de bibliotecas computadorizados; 6) estatísticas de matrículas; 7) os acervos e as possibilidades de acesso a outras bibliotecas; e 8) o ambiente financeiro, tanto interno quanto externo à instituição.

É importante que sejam levados em conta os subprodutos ou possíveis conseqüências da política de aquisição. Basicamente, essas políticas podem ser adotadas tanto interna quanto externamente. Dentro da instituição, a política de aquisição pode servir como base do planejamento e elaboração do orçamento-programa, e também para a avaliação de desempenho. Fora da instituição, a declaração da política a ser seguida pode servir de base para a formulação e implantação de programas de aquisição cooperativa e outros programas afins, no contexto de um sistema cooperativo.

Fatores que podem influir sobre as políticas de aquisição

O ponto de partida para o desenvolvimento de uma política de aquisição deve ser uma declaração, bastante minuciosa, que defina os objetivos e os programas de ensino e pesquisa da instituição. Isso é de importância vital. Se, para tanto, o catálogo ou o boletim da instituição forem inadequados, será necessário solicitar essa definição ao funcionário acadêmico mais graduado subordinado ao Reitor, ou diretamente à autoridade máxima. Talvez, também, valha a pena conseguir do diretor de cada Faculdade, Escola ou Instituto uma exposição escrita sobre seus programas de ensino e pesquisa, tanto em vigor quanto projetados. A atitude dos diretores de biblioteca é variada no que tange a essa área de obtenção de informação estratégica e aos fatores diplomáticos que isso pode suscitar. Redmond, por exemplo, acredita que a biblioteca universitária é uma entidade que presta serviços e não tem condições por si mesma de "racionalizar" as decisões quanto aos programas (17).

Isso, no entanto, não deve impedir que o bibliotecário levante questões sobre novos programas e dê a conhecer à administração o

custo provável do apoio bibliográfico a esses programas. Haywood insta o bibliotecário de **college** a assumir um papel de liderança em cooperação com o diretor e os chefes de departamentos e deplora as “conciliações negligentes” no estabelecimento da política de aquisição à luz dos objetivos do estabelecimento de ensino (10).

Existe, de fato, uma ampla diversidade de opiniões e atitudes entre os bibliotecários e as instituições bibliotecárias no que se refere ao papel da biblioteca. Um relatório recente afirma: “É só num sentido muito superficial que os bibliotecários decidem quanto ao que deve fazer parte do acervo de suas bibliotecas (18:6). Segundo Rogers e Weber, contudo, a “seleção de livros na moderna biblioteca universitária difere em dois aspectos importantes daquilo que existia há uma geração: é uma responsabilidade muito mais da biblioteca e é infinitamente mais variada e complexa” (19:119).

Watkins é bastante favorável ao emprego de “padrões ou critérios que calculem os vários fatores pertinentes às coleções de livros em relação com os programas curriculares e de pesquisa” (23:190). Ele assinala que Downs considera os padrões resultantes da fórmula de Clapp-Jordan como “elevados, mas não absurdos” (23:198). De acordo com Watkins, a freqüente revisão dos padrões eliminará a ameaça de que padrões **mínimos** venham a se transformar em algo de caráter permanente (23:202).

McInnis analisa a fórmula de Clapp-Jordan e conclui que a mesma pode ser empregada como um “roteiro de caráter conservador” para o estabelecimento de requisitos mínimos para as bibliotecas universitárias de pesquisa (15:197).

Bonn trata extensamente da avaliação do acervo e assegura que “admite-se geralmente que tanto a quantidade como a qualidade do acervo de uma biblioteca dependem quase que inteiramente do programa de aquisição da biblioteca, inclusive sua política de aquisição, suas rotinas de aquisição e, da máxima importância, seus métodos de seleção” (1:265). Ele identifica como um possível defeito da fórmula de Clapp-Jordan o fato de ela não “levar em conta a diferença no que se refere às necessidades de livros entre História e Engenharia, por exemplo; ao contrário, ela supõe um universo de assuntos que serão abrangidos pela comunidade acadêmica e, assim, as diferenças entre os assuntos se nivelam da mesma forma que as diferenças entre o uso da biblioteca pelas pessoas” (1:269).

As instituições que concedem o reconhecimento de cursos geralmente evitam a adoção de padrões quantitativos. Comumente, no entanto, elas querem assegurar-se de que os acervos oferecem apoio adequado a todos os programas de ensino e pesquisa. A Middle

States Association, uma das seis associações regionais responsáveis pelo reconhecimento de cursos, nos EUA, define sua posição nos seguintes termos: “A característica fundamental de uma boa biblioteca de instituição de ensino é uma identificação completa com a própria instituição a que pertence. [...] O processo de verificação da eficácia da biblioteca pode ser resumido por meio de uma série de perguntas: Qual o acesso, que o programa educacional da instituição exige, aos recursos intelectuais e criativos do mundo? Em que medida esses recursos existem e se encontram acessíveis na biblioteca? [...]” (16:1).

Escrevendo sobre o impacto dos sistemas de informação computadorizados, Kilgour afirma: “A combinação entre cooperação e computação possibilita o estabelecimento de novos objetivos bibliotecários, impossíveis de serem alcançados por bibliotecas isoladas” (12:142). Dillon identifica o impacto da automação e suas implicações para a política de aquisição, e vislumbra no contexto dos serviços de dados científicos um papel cada vez menor para o documento impresso e a crescente importância dos sistemas de informação computadorizados, inclusive uma ampla variedade de formas programadas de acesso à informação. “Afinal de contas trata-se de um acidente da tecnologia que os livros e as revistas sejam os veículos de armazenagem e comunicação dos resultados de pesquisas. À medida que os dados se tornam uma parte mais dinâmica de um sistema de informação, continuamente reanalisados a partir de diferentes pontos de vista, reduz-se o valor das representações dos dados em forma impressa e aumenta o valor das respectivas representações computadorizadas. Para que as bibliotecas e os centros de informação continuem sendo auxiliares vitais da ciência eles devem se acomodar a esse desvio do produto para o processo” (6:423).

O número de matrículas pode ter um efeito significativo sobre a política de aquisição, nem que seja influenciando nos limites com que certos títulos serão duplicados para os estudantes de graduação. Hamlin salienta a necessidade de formar acervos compatíveis com o volume do corpo discente e com o currículo (9). Entre parênteses, deve-se observar que a fórmula de Clapp-Jordan emprega dados de matrícula.

Danton discute o papel das atividades cooperativas em bibliotecas que dependem da assistência de bibliotecas vizinhas: “Em primeiro lugar, é certo que uma biblioteca não precisa comprar os materiais de pesquisa mais especializados se a sua clientela tem pronto acesso a esses materiais em outra biblioteca da localidade; toda biblioteca deve, quando possível, buscar acordos de cooperação desse tipo,

os quais aumentarão seu poder aquisitivo, reduzirão a concorrência por materiais escassos e estimularão o saber. Em segundo lugar, nenhuma biblioteca deve nutrir a expectativa de que uma outra arque com o ônus daquilo que é responsabilidade sua, exceto no que tange a materiais raros, fora do comum, e aqueles relativamente pouco utilizados. Algumas bibliotecas universitárias, de ambos os lados do Atlântico, admitem de imediato que não possuem, em média, de 40 a 80% dos títulos necessários para a elaboração de uma tese. A justificativa para essas universidades, que mantêm programas de doutorado, parece suspeita. E, em terceiro lugar, a extensão com que uma biblioteca pode se permitir não adquirir materiais especializados de pesquisa, em campos de interesse para seus estudiosos, varia na razão inversa da distância que a separa daquela biblioteca que possui esses materiais. [...] Se [a] universidade não pode, na maioria das vezes, proporcionar os materiais que possibilitarão [ao estudioso] realizar seu trabalho eficazmente [...] ela não tem direito algum de pretender ser uma instituição de pesquisa na especialidade” (4:128-129).

Brown aplicaria a bibliometria às decisões concernentes à política de aquisição. Além do mais, diz ele, “talvez seja conveniente que cada biblioteca de pesquisa formule uma declaração de princípios a serem adotados na aquisição, conservação e armazenagem dos volumes mais antigos de periódicos científicos. Esses princípios devem ser reexaminados e revistos periodicamente, em virtude do rápido desenvolvimento de acordos nacionais e regionais e a aceitação pelas bibliotecas de acordos para aquisição em caráter abrangente” (2:70).

A situação financeira da instituição representa, naturalmente, um fator decisivo na formulação e aplicação da política de aquisição. McAnally calcula que seja necessário um aumento anual de 12% nas verbas de aquisição, a fim de acompanhar o ritmo da inflação nos EUA (14:117). A incapacidade de a universidade prover o apoio financeiro adequado para a biblioteca coloca algumas questões difíceis, conforme Danton sugere acima. Realmente, talvez os programas de ensino e pesquisa tenham de ser restringidos, caso a biblioteca não tenha condições de proporcionar-lhes o devido suporte bibliográfico.

Efeitos da política de aquisição

Rogers e Weber consideram que “de todos os problemas de política com que se defronta uma biblioteca universitária nenhum é mais intrínseco à natureza da instituição ou, isoladamente, tem maior impacto sobre os custos do que o programa de aquisição de livros, periódicos e outros recursos de ensino. Cada incremento nas aqui-

sições anuais acarreta custos colaterais de processamento e formidáveis implicações para as instalações físicas (19:113).

As declarações de políticas de aquisição têm sido valiosos elementos de planejamento para orientação quanto ao desenvolvimento do acervo e à estimativa dos custos respectivos. De Vore dá um exemplo disso numa descrição sucinta das finalidades e estrutura da Environmental Services Administration (ESSA) e a política de aquisição de sua biblioteca, que foi planejada como elemento de apoio às finalidades da ESSA (5).

Tauber, baseando-se no inquérito realizado por Wilson e Swank sobre a biblioteca da Stanford University (24), mostra exemplos da importância do “programa de aquisições” [ou declaração da política de aquisição, no contexto do presente artigo]. Ele mostra que o programa de aquisições é um meio de : 1) descrever os campos de interesse da biblioteca; 2) permitir uma análise sistemática e contínua dos pontos fracos do acervo de livros; 3) servir de base para a verificação imediata e de rotina dos catálogos, listas de intercâmbio etc., e rápida solicitação dos itens de interesse; e 4) servir de base para a distribuição de anúncios de editores e materiais correlatos aos especialistas de assuntos da biblioteca e do corpo docente (22:23).

Sobre a preparação de uma declaração de política de aquisição

Embora este artigo tenha se limitado a expor os princípios para o estabelecimento de uma política de aquisição, talvez não seja inoportuno apresentar alguns comentários que têm alguma relação com o processo de elaboração dessa política.

“A política deve ser realista e não estabelecer metas inatingíveis” (19:114). As declarações da política não serão eficazes se não contarem com a aprovação dos funcionários administrativos de alto nível na hierarquia, os principais representantes do corpo docente, os membros mais importantes do pessoal profissional e, em alguns casos, principalmente naquelas instituições que possuem um corpo discente forte e bem articulado, representantes dos estudantes.

Os recursos especializados que se obtêm devido à filiação a empreendimentos cooperativos ou em decorrência de acordos bilaterais ou filiação a um sistema de bibliotecas universitárias devem ser identificados e levados em conta seriamente, ao serem tomadas as decisões relativas à política de aquisição.

Os métodos de avaliação dos efetivos existentes e de estimativa das necessidades devem ser adotados objetiva e sistematicamente. Para isso podem ser úteis certos inquéritos sobre bibliotecas. Um exce-

lente modelo para identificação dos efetivos e das necessidades e estabelecimento de políticas de aquisição é o relatório de Shank sobre o acesso regional à informação científica e técnica na área metropolitana de Nova Iorque (20).

Declarações de política modelares, como o documento publicado pela biblioteca da Stanford University, em 1970 (21), devem ser estudados e utilizados como possíveis roteiros. Stanford proporcionou um notável exemplo do trabalho intelectual e profissional que orienta o planejamento da política de aquisição para uma grande biblioteca universitária. Um texto de política, seguindo o modelo de Stanford, elaborado por cada biblioteca que participe de uma organização cooperativa, proporcionaria a base de uma política e um programa substanciais para toda a organização.

Abstract

Collection policies in academic libraries: individual and cooperative collection development policies and programs

In view of the rising volume of publication throughout the world and the mounting costs of library materials, academic libraries should join and support cooperative collection development programs. The prerequisite for a collecting program, whether for an individual library or a group of libraries, is a thoughtfully designed policy statement. This statement should be approved by the university faculty and administration, and by student representatives as well as senior library staff. Factors which may influence the creation and utilization of policy are identified, and some uses to which policy statements can be applied are noted. Influential factors are: institutional objectives and teaching and research programs; the place of the library and its director in the institutional hierarchy; standards; evaluative techniques; automation; holdings of and access to other libraries; enrollment statistics; and financial considerations. Exemplary policy statements should be studied and utilized as possible guides.

REFERÊNCIAS

1. BONN, George S. Evaluation of the collection. **Library Trends** 22 (3) :265-304, Jan. 1974.
2. BROWN, Charles Harvey. **Scientific serials; characteristics and lists of most cited publications in Mathematics, Physics, Chemistry, Geology, Physiology, Botany, Zoology, and Entomology**. Chicago, Association of College and Reference Libraries, 1956. 189 p.
3. CLAPP, Verner W. & JORDAN, Robert T. Quantitative criteria for adequacy of academic library collections. **College and Research Libraries** 26 (5) :371-380, Sept. 1965.
4. DANTON, J. Periam. **Book selection and collections: a comparison of German and American university libraries**. New York, Columbia University Press, 1963. 188 p.
5. De VORE, Helen L. Acquisition policy. **Special Libraries** 61 (7) :381-384, Sept. 1970.
6. DILLON, Martin. The impact of automation on the content of libraries and information centers. **College and Research Libraries** 34 (6) :418-425, Nov. 1973.

7. FUSSLER, Herman H., VOSPER, Robert & THORNTON, Eileen. Acquisition policy: a symposium. **College and Research Libraries** 14 (4) :363-372, Oct. 1953.
8. GELFAND, M. A. Los planes de adquisición cooperativa de publicaciones y los países en vías de desarrollo. **Boletín de la Unesco para las Bibliotecas** 19 (6) :301-306, 318, nov./dic. 1965.
9. HAMLIN, Arthur T. The impact of college enrollments on library acquisition policy. **Liberal Education** 52 (2) :204-210, May 1966.
10. HAYWOOD, C. R. Old, bold librarians: an acquisitions program to fit the library-college. **Library-College Journal** 1 :11-14, Summer 1968.
11. HENDRICKS, Donald D. **A report on library networks**. University of Illinois, Graduate School of Library Science. (Occasional Papers, 108) Sept. 1973. 23 p.
12. KILGOUR, Frederick C. Computer-based systems, a new dimension to library cooperation. **College and Research Libraries** 34 (2) :137-143, Mar. 1973.
13. KUHLMAN, A. F. Wanted: a new policy for the organization and development of library resources for research. **Library Quarterly** 12 (3) :585-600, July 1942.
14. McANALLY, Arthur M. & DOWNS, Robert B. The changing role of directors of university libraries. **College and Research Libraries** 34 (2) :103-125, Mar. 1973.
15. McINNIS, R. Marvin. The formula approach to library size: an empirical study of its efficacy in evaluating research libraries. **College and Research Libraries** 33 (3) :190-198, May 1972.
16. MIDDLE STATES ASSOCIATION OF COLLEGES AND SECONDARY SCHOOLS. Commission on Higher Education. **The library or learning resources center**. New York, The Association, 1971. 4 p.
17. REDMOND, Donald A., SINCLAIR, Michael P. & BROWN, Elinore. University libraries and university research. **College and Research Libraries** 33 (6) : 447-453, Nov. 1972.
18. REPORT of the Advisory Committee on Planning for the Academic Libraries of New York State: 1973. Albany, N. Y., The University of the State of New York, The State Education Department, Division of Library Development, 1973. 43 p.
19. ROGERS, Rutherford D. & WEBER, David C. **University library administration**. New York, Wilson, 1971.
20. SHANK, Russell. **Regional access to scientific and technical information: a program for action in the New York metropolitan area**. New York, Metro, 1968. (Report of the Metro Science Library Project 1966-1967).
21. STANFORD UNIVERSITY LIBRARIES. **Book selection policies of the libraries of Stanford University**. Comp. by Peter A. Johnson. E. by E. M. Grieder. Stanford, Calif., Stanford University Libraries, 1970.
22. TAUBER, Maurice F. **Technical services in libraries**. New York, Columbia University Press, 1953.
23. WATKINS, David R. Standards for university libraries. **Library Trends** 21 (2) :190-203, Oct. 1972.
24. WILSON, Louis R. & SWANK, R. C. **Report of a survey of the library of Stanford University, Nov. 1946-March 1947**. Chicago, American Library Association, 1947.